

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.36, n.9-10, setembro/outubro 2014

sumário

- 1 A CURVA ECONÔMICA MUNDIAL E O BRASIL
Gilmar Mendes Lourenço
- 4 A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015
Francisco José Gouveia de Castro
- 6 FGTS DESVIRTUADO
Guilherme Amorim
- 8 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 13 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

CLAUDIA ORTIZ *(revisão de texto)*

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA *(editoração eletrônica)*

MARIA ROSA DAVIN *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

A CURVA ECONÔMICA MUNDIAL E O BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço*

Passados seis anos desde o começo da crise financeira deflagrada com a quebra do segmento hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos (EUA), conhecido como *subprime*, a economia internacional permanece caminhando a passos de cágado e com flagrante heterogeneidade geográfica, identificada por moderada reativação na América do Norte, algum vigor na Ásia e fragilidade na Europa, América Latina e África. O pior é que as perspectivas revelam-se pouco animadoras para 2015, afora os EUA, acrescentando restrições ao funcionamento do combalido aparelho de negócios brasileiro.

Inferências do Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentadas no World Economic Outlook, publicado em outubro de 2014, apontam incremento de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2014, contra prognóstico de 3,4% feito em julho, e 3,8% em 2015, *versus* os 4% estimados anteriormente (tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO REGIÕES E PAÍSES SELECIONADOS - 2014-2015

REGIÕES/PAÍSES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	2014	2015
Mundo	3,3	3,8
Economias avançadas	1,8	2,3
Estados Unidos	2,2	3,1
Zona do Euro	0,8	1,3
Japão	0,9	0,8
Economias Emergentes	4,4	5,0
Rússia	0,2	0,5
Índia	5,6	6,4
China	7,4	7,1
África do Sul	1,4	2,3
América Latina e Caribe	1,3	2,2
Brasil	0,3	1,4
México	2,4	3,5

FONTE: FMI/World Economic Outlook

É a terceira vez no ano que a entidade multilateral modifica para baixo as suas extrapolações, incorporando os componentes geopolíticos brotados das tensões no Leste Europeu (Rússia e Ucrânia) e no Oriente Médio, com chances de precipitação de choques de oferta e de interferência decisiva nos preços do petróleo e de outras matérias-primas. Frise-se que o Banco Mundial (BIRD) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também reduziram as previsões de evolução do PIB mundial.

A variação do PIB para os estados avançados foi apurada pelo Fundo em 1,8% e 2,3%, respectivamente, para 2014 e 2015. O destaque nesse grupo cabe à economia americana, que deve subir 2,2% em 2014, em vez de 1,7%, conforme projeção realizada em julho, e 3,1% em 2015. Embora o desemprego tenha recuado para menos de 6% da População Economicamente Ativa (PEA), a maior parcela da queda constatada a partir das medidas para o combate à crise de 2008 pode ser creditada à diminuição do contingente de pessoas em busca de emprego.

Apesar das providências oficiais de estímulo, o Japão ainda permanece arredio ao ingresso em uma rota ascendente, depois do terremoto, tsunami e acidente nuclear de 2011, devido ao elevado desequilíbrio das finanças públicas e a problemas no segmento bancário. Por isso, aquela nação deve acusar acréscimo do PIB de 0,9%, em 2014, e 0,8% em 2015.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Para o FMI, a atividade econômica da Zona do Euro deve registrar incremento de apenas 0,8% no presente exercício, contra previsão anterior de 1,1%, realizada em julho, e de 1,3% para o exercício de 2015, mesmo com a prática de juros nominais negativos, a compra de papéis no mercado e a recomendação de ampliação de gastos para os países com gordura orçamentária (caso da Alemanha), por parte do Banco Central Europeu (BCE), no afã de conter as pressões deflacionárias e destravar o crédito, sobretudo para as empresas de pequeno e médio porte.

Com a atividade econômica enfraquecida, o produto regional por pessoa situa-se 3% abaixo do verificado em 2007, antes do surgimento dos sintomas de instabilidade global, delineando os contornos de uma década de estagnação, recessão e deflação no continente europeu, com taxa de desocupação de quase 12% da força de trabalho.

O patinho feio da evolução do PIB é a América Latina, sendo o papel de monstinho encenado pelo Brasil

O PIB dos emergentes deve experimentar ampliação de 4,4% e 5%, em 2014 e 2015, respectivamente, puxada pela China, embora em embalo desacelerado (7,4% e 7,1%), por conta do fim do *boom* imobiliário e de endividamento (ancorado em um aparato bancário paralelo), e Índia (5,6% e 6,4%). O patinho feio da história é a América Latina (1,3% em 2014, e 2,2% em 2015) e o papel de monstinho é encenado pelo Brasil (0,3% em 2014, ante 1,3% em julho, e 1,4% em 2015), melhor apenas que Argentina e Venezuela, na América do Sul, e que a Rússia, no time dos em desenvolvimento.

Essencialmente, em um contexto de lenta e díspar recuperação da produção e do comércio mundial, o Brasil simplesmente reproduz um comportamento prevalecente há mais de duas décadas, marcado pela ocupação de posições aquém da curva de dinamismo da economia global e, particularmente, dos emergentes.

A título de ilustração, o PIB do País variou 2,3% ao ano, entre 1995 e 2002, contra 3,5% a.a. para a economia mundial, e 4,3% a.a. para os emergentes. No intervalo 2003-2010, o embalo expansivo foi de 4% a.a. para o Brasil, 4,2% para o mundo, e 6,7% para as nações em desenvolvimento. Já, no período 2011-2014, o produto brasileiro girou 1,6% a.a., menos da metade do mundial, que subiu 3,5% a.a., e um terço dos emergentes, que observou acréscimo de 5,1% a.a., retratando a terceira pior performance da história, empatando com a década perdida dos anos de 1980.

Essa incômoda localização repousa em distúrbios fabricados fora e dentro das fronteiras do País. No conjunto dos obstáculos externos, emerge a moderação do ímpeto comercial e a fragilização dos termos de intercâmbio, representada pela perda do poder de compra das exportações frente às importações, motivada pelo declínio das cotações internacionais das *commodities* (de quase 12%, no biênio 2012-2013, e de mais de 7% no intervalo 2014-2015), especialmente com o encolhimento da demanda chinesa, desde o segundo semestre de 2012.

Acrescentem-se as prováveis alterações nos fluxos de capitais, provocadas pelo maior fôlego da reação dos EUA, e a inevitável normalização da estratégia monetária pelo Federal Reserve (FED) – após polpudas alocações mensais de haveres –, com a elevação dos juros e a valorização do dólar. Apesar de o desemprego americano ter rompido o piso de 6% da População Economicamente Ativa (PEA), em setembro de 2014, o menor patamar desde agosto de 2008, a inflação persiste em níveis reduzidos (1,5% a.a.), indicativos da existência de apreciáveis margens de ociosidade na indústria.

A aplicação de ferramentas de austeridade monetária pelo governo dos EUA, a partir do segundo semestre de 2015, deve resultar em compressão da liquidez global e subsequente depreciação generalizada de moedas e de bônus financeiros, afetando, de modo mais acentuado, a matriz de transações brasileira, já suficientemente castigada pelo processo de deterioração dos fundamentos econômicos desde o princípio de 2011.

Trata-se das barreiras domésticas, sintetizadas nos elevados e crescentes déficits externo – cobrindo predominantemente as despesas de consumo em detrimento do investimento – e público – alargado por subsídios pouco eficazes –, e na inflação alta e ascendente, superando os padrões fixados pela orientação macro que, por sinal, explicam a entrada do sistema produtivo do País em um estágio recessivo, comprovado pelo declínio do emprego industrial por 35 meses consecutivos em agosto de 2014. Em doze meses até setembro de 2014, o buraco nas transações correntes do balanço de pagamentos atingiu 3,7% do PIB (1,9% do PIB na média dos emergentes), contra ingressos de investimentos diretos estrangeiros líquidos de 2,9% do PIB.

No mesmo período, o desequilíbrio nominal das contas públicas foi de 4,9% do PIB, e a dívida governamental bruta alcançou 65% do PIB *versus* 41,4% para os países do G20 e 51,2% para a América Latina, o que ocasionou o rebaixamento do conceito internacional do País de BBB para BBB- pela Austin Rating. Enquanto isso, a inflação acumulada em um ano encerrado em setembro de 2014, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, chegou a 6,75%, acima do teto da meta anual de 6,5%, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No fundo, a conjugação de aspectos desfavoráveis – como os impactos defasados do aperto financeiro, ou da majoração dos juros, sobre a demanda agregada, o câmbio apreciado, a dramática retração dos investimentos e dos ganhos de produtividade, a diminuição do consumo das famílias e a exacerbação da desconfiança dos agentes privados em relação ao governo, notadamente no tocante à orientação econômica (ou falta dela) – constitui a fonte primária da montagem de um cenário tão adverso para a economia brasileira.

Contudo, a constatação da rápida multiplicação dessas patologias aumenta a relevância e a premência a ser conferida à tarefa de casa, centrada nas modificações e correções de rota, a serem formuladas e executadas pelo novo governo, desprovido de obstinações ideológicas, na direção da restauração dos requisitos ao crescimento econômico sustentado.

Por essa perspectiva, parece oportuno implantar, de imediato, providências austeras, ligadas à contração estrutural dos dispêndios públicos correntes e financeiros e à revisão criteriosa e racionalização dos mecanismos de concessão de crédito. Igualmente prioritários serão o encaminhamento e a negociação política das reformas institucionais capazes de assegurar a minimização do custo Brasil – por meio da desobstrução dos gargalos na infraestrutura econômica e social, com mobilização de capitais privados e resgate da capacidade gerencial do Estado – e a inserção plena da nação em um planeta com exigências de expansão mais moderada, sustentável e com maior competitividade no interior das diferentes cadeias produtivas.

Como exemplo do atraso infraestrutural, pesquisa recente da Fundação Dom Cabral constatou que as empresas industriais brasileiras sacrificam 11% do faturamento com gastos logísticos, fatia que suplanta o esforço das corporações dos EUA (8,5%) e chinesas (10%).

A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015

*Francisco José Gouveia de Castro**

A discussão a respeito dos efeitos deletérios da política econômica atual e seus reflexos no ano de 2015 suscita uma reflexão acerca do pífio desempenho macroeconômico no decorrer do ano de 2014, traduzido na substancial retração dos níveis de atividade no País.

Nos últimos quatro trimestres terminados em junho de 2014, o PIB recuou em três deles (-0,6%, 0,5%, -0,2%, -0,6%), quadro considerado de recessão técnica. Na verdade, o padrão de crescimento empenhado pela atual gestão central teve como âncora o consumo das famílias, o que redundou em contínuos e crescentes gastos diretos do governo e endividamento extra. Contudo, a rubrica dos investimentos privados deteriorou-se em níveis alarmantes. As divulgações das contas nacionais trimestrais, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam redução de 5,3% dos investimentos no trimestre compreendido entre abril e junho deste ano, sendo a maior queda desde o primeiro trimestre de 2009 e a quarta seguida na comparação com o trimestre anterior.

A equipe econômica da gestão Dilma vem insistindo na política anticíclica, baseada no consumo das famílias, supondo que o investimento seria apenas consequência do aumento da produção via criação de mercado. Nos últimos seis anos, desde o início da recessão internacional, o governo brasileiro apregoa o vigor e a dimensão do mercado interno como fator de segurança contra a crise. Diante disso, optou-se pela concessão de incentivos fiscais a alguns setores, e financeiros, via expansão do crédito e elevação da renda dos consumidores com transferências e benefícios, o que não foi suficiente para melhorar o desempenho da indústria nacional já que a demanda interna está sendo incapaz de acompanhar a oferta de bens.

Tanto é assim que os dados da Pesquisa Mensal do Comércio, elaborados pelo IBGE, registraram, no acumulado das vendas de janeiro a agosto de 2014, redução de 1,5% em relação ao mesmo período de 2013. Do lado da produção, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) apontou queda de 3,1% acompanhada do emprego industrial que, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), acusou retração de 2,7%.

A recessão começa a afetar mais intensamente as famílias, reduzindo a capacidade de expansão da demanda, principalmente pela redução em 1,5% do volume de vendas de supermercados e hipermercados, e de eletrodomésticos em 4,1%, entre junho e julho. O que preocupa é a elevação do comprometimento da renda mensal das famílias com o pagamento de dívidas, que subiu de 15,6% em janeiro de 2005 para 21,4% em agosto de 2014, não levando em consideração operações com cartão de crédito.

Preocupante, de fato, é o crescimento das concessões de crédito com recursos livres no cartão de crédito e cheque especial para pessoas físicas, que representaram 78,1% do total disponibilizado pelo sistema financeiro para esse tipo de público, em setembro de 2014. Segundo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), há 103 milhões de contas correntes abertas no País e, destas, 26% apresentam saldo negativo todo fim de mês, o que representa uma distorção econômica, uma vez que este tipo de operação tem elevado custo. Nos cálculos do Banco Central (BC) os juros pagos pela utilização do cheque especial foram de 183,3% ao ano em setembro, alta de 40% em relação a setembro de 2013.

Na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Bacen definiu-se o aumento dos juros básicos (Selic) em 0,25%, passando para 11,25% ao ano, ficando claro que a inflação até o momento não entrou na trajetória de convergência para a meta. Por outro lado, a política fiscal permanece praticamente inoperante já que o excesso de despesas do governo, somado à baixa arrecadação, contribuem para o movimento ascendente da inflação. Cabe incluir os prováveis reajustes dos preços administrados e o impacto da alta do dólar sobre os preços dos importados.

De fato, além de reduzir os custos na atividade econômica do combate à piora recente do cenário de inflação, a atuação do Bacen visa, também, suavizar os efeitos secundários da depreciação cambial nos índices de preços.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Além disso, maiores expectativas do mercado repousam nas decisões do Federal Reserve (FED), Banco Central dos EUA, com a eminente elevação das taxas de juros norte-americanas atrelada ao fim da política de relaxamento monetário, que teve início em novembro de 2008, quando o banco anunciou a compra de US\$ 600 bilhões em títulos lastreados em hipotecas. Até outubro de 2014 foram US\$ 4,5 trilhões em expansão de moeda.

A elevação da taxa de juros nos Estados Unidos deverá aumentar os rendimentos de títulos e depósitos bancários, retirando dinheiro de mercados mais arriscados como o Brasil. Vaticina-se a elevação dos *fed funds*, cujas taxas estão estagnadas entre 0 e 0,25% desde 2008, já que houve melhora significativa na perspectiva do mercado de trabalho, com a redução de 8,1% para 5,9% na taxa de desemprego, durante a terceira e última fase do programa de compra de títulos de dívida Quantitative Easing (QE). Além disso, o FED parece assinalar um voto de confiança na economia americana, que se estima ter crescido a uma taxa de 3% no terceiro trimestre, registrando desempenho superior à do Japão e Europa, ao mesmo tempo em que o crescimento chinês dá sinais de fraqueza.

A retomada assimétrica da economia mundial, puxada pelos EUA, fortalece o dólar e enfraquece as demais moedas. A depreciação cambial torna-se útil a países emergentes, proporcionando o aumento da competitividade externa, porém é prejudicial a países com uma tendência de alta na inflação.

Nesse sentido, a subida dos juros nos EUA e o fortalecimento do dólar deverão ter impacto no Brasil em curto prazo. Contudo, cabe lembrar que a participação do País nas cadeias produtivas globais, que envolve diversas regiões no processo de fornecimento, transformação e produção de bens finais com maior valor agregado, é cada vez menor. Enquanto países em desenvolvimento tornaram suas economias mais integradas ao processo global de produção, o Brasil vem optando pela adoção de medidas protecionistas e pela celebração de parcerias com países menos integrados aos mercados globais, reforçando a disposição do setor privado brasileiro de não investir para ampliar as exportações e privilegiar o ambiente interno.

Em suma, as perspectivas para a economia brasileira em 2015 dependem preponderantemente de condições internas influenciadas por problemas como a má alocação dos recursos produtivos, precária infraestrutura de transporte, insegurança energética e excessiva e longa intervenção estatal. Somado a isso, cabe destacar a perspectiva desfavorável da elevação do consumo das famílias, em função da redução dos ganhos reais de salário e do elevado comprometimento da renda com pagamento de dívidas.

A dívida da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) alcançou, no final do primeiro semestre, 25% de seu patrimônio líquido, valor superior a R\$ 16 bilhões. Desse montante, R\$ 8,8 bilhões provêm de multas por demissões sem justa causa, e R\$ 6,6 bilhões têm origem nos subsídios do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). O fundo é responsável por 82,5% dos financiamentos para as faixas 2 e 3 do plano habitacional¹ e usualmente cobre o restante, obrigação da STN, mediante compensação futura.

Proposta de reequilíbrio realizada em setembro pelo Ministério da Fazenda, órgão ao qual a STN está subordinada, sugeriu que um montante de R\$ 9,9 bilhões fosse parceladamente abatido da dívida, ao longo de 30 meses. Uma vez que as multas por demissões sem justa causa geram volume mensal de recursos semelhante ao que seria pago pela STN, não haveria abatimento de fato. Eventualmente, evitaria que a dívida crescesse. A opção óbvia aos gestores do fundo é realizar cortes orçamentários que garantam o pagamento de obrigações, enquanto a dívida não é honrada. Contração de gastos do FGTS, contudo, geraria efeitos deletérios sobre o financiamento imobiliário e, por extensão, sobre o nível de atividade da construção civil.

O fundo possui ativos avaliados em R\$ 365 bilhões, sendo que os financiamentos habitacionais amontam aproximadamente R\$ 157 bilhões. Cerca de metade dos ativos está aplicada em títulos da União. O restante se distribui por empréstimos a projetos de saneamento e infraestrutura urbana, debêntures e fundos de investimento imobiliário. Os empréstimos à aquisição de imóveis cobram taxas não superiores a 8,2%, enquanto os depósitos recolhidos são remunerados com juros de 3% ao ano, acrescidos da taxa referencial (TR).

O valor dos empréstimos ligados ao setor, de quaisquer concedente e tomador, tem crescido ininterruptamente desde 2002, de acordo com o Índice de Valores de Garantias de Imóveis Residenciais Financiados (IVG-R), do Banco Central (BC). De acordo com o último índice disponível, referente a junho, o valor financiado apresentou expansão anual de 8,25%. Embora tenha havido desaceleração em relação aos doze meses anteriores (9,65%) é improvável que haja retração nos valores praticados, o que exigirá mais recursos do FGTS.

A necessidade de mais recursos dar-se-á, também, porque os custos referentes a projetos do MCMV tendem a subir, ante obrigações com melhores padrões de qualidade das edificações e elevação no valor dos terrenos. Embora pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizada no ano passado, tenha apontado que os cidadãos financiados por meio da faixa 1 do programa estavam satisfeitos com a moradia adquirida, recente avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou problemas em todos os empreendimentos analisados (416 imóveis em cinco unidades da Federação). A fiscalização encontrou, inclusive, moradias em que a integridade física do morador estava em risco ante a falta de qualidade na estrutura.

O Ministério das Cidades, ao defender-se, atribuiu a responsabilidade pelo acompanhamento técnico das obras aos bancos que intermediaram os contratos. Argumentou, ainda, que cabe aos entes subnacionais prover as edificações da infraestrutura de entorno. Uma vez que não são aplicadas metas de desempenho a construtoras e instituições financeiras, e de que os orçamentos de estados e municípios têm sido constrangidos por inflação, reajustes reais do salário mínimo e desvanecimento das transferências da União, a explicação é singular.

Há a expectativa de que a terceira edição do programa seja lançada ainda em 2014, através do envio de Medida Provisória ao Congresso. Nessa versão, há a intenção de contratar a construção de 3 milhões de unidades, entre 2015 e 2018. Para que essa meta

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

¹ Em áreas urbanas, a primeira faixa beneficia famílias com renda mensal não superior a R\$ 1.600. Os tetos de renda da segunda e da terceira faixa são R\$ 3.100 e R\$ 5.000, respectivamente.

seja adimplida, com respeito a aceitáveis padrões de edificação, será necessário que os subsídios cresçam. Para além disso, há a premência de mecanismos de fiscalização mais eficazes e de maiores repasses para implantação de infraestrutura básica.

Postergação na recomposição do fundo atingirá, ainda, investimentos em infraestrutura fomentados pelo FI-FGTS, criado há 14 anos. Segundo maior financiador de projetos do gênero no País, abaixo apenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o FI-FGTS contou com orçamento de aproximadamente R\$ 10 bilhões em 2014. Embora seja questionável a política que orienta sua operação, através da aquisição de ações e debêntures de empresas que têm acesso a outras formas de financiamento, esses projetos guardam o mérito de mitigar as crônicas carências do setor.

O FGTS já padecia com a inadimplência de empresas, que cresceu 42% no ano passado, maior variação desde 2007. O montante alcançou R\$ 20,5 bilhões no final de 2013. A Caixa Econômica Federal (CEF) tem adotado a prática de inscrever os saldos pendentes na dívida ativa quando o prazo para a prescrição se aproxima. Uma vez que há extinção do débito após 30 anos, e a CEF tem optado por agir nos dois últimos anos desse prazo, tem sido prática corrente por parte dos empregadores a regularização dos pagamentos à medida que funcionários são desligados das empresas e sacam os recursos do fundo.

Há perspectivas de alterações nessa prática através de Projetos de Lei no Senado, onde diversos textos acerca do tema estão a tramitar em conjunto. Dada a natureza complexa da matéria e a profusão de medidas provisórias que frequentemente trancam a pauta do Congresso, é incerta a votação – ainda em 2014 – de peça que elida a leniência com os maus pagadores.

A retenção dos repasses ao FGTS é reflexo, ainda, do presente déficit primário administrado pela STN. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê meta de superávit primário de R\$ 116,1 bilhões para o governo central e nenhuma retenção para as estatais. Essa legislação permite que se reduza a meta em R\$ 67 bilhões, através do abatimento de desonerações tributárias e investimentos, preponderantemente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Ministério da Fazenda, *a priori*, abateria R\$ 35,3 bilhões, mas a deterioração do quadro fiscal sugere que esta cifra seja revisada.

Uma vez que o descumprimento da meta configura infração administrativa, é preciso que o Congresso aprove mudança na LDO do ano corrente, com a qual seja indicado novo patamar para o resultado fiscal ou expandido o desconto aplicado. Ademais, é provável que o projeto da LDO de 2015 seja revisto. Presentemente, o mesmo encontra-se no Senado, em fase de apresentação de emendas ao relatório preliminar. Esse projeto prevê, como já é praxe, volume significativo de receitas extraordinárias (R\$ 27,4 bilhões). Desse montante, R\$ 15 bilhões estão desassociados de qualquer rubrica, sem explicações adicionais, evidência das incertezas da STN sobre o equilíbrio das contas no próximo exercício.

Nada sugere que o cenário fiscal aproxime-se da normalidade até o fim do ano, o que agrava um quadro macroeconômico delicado: déficit em transações correntes (3,7% do PIB nos doze meses terminados em setembro), inflação mais de dois pontos acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e nível de atividade marcado por taxas trimestrais negativas do Produto Interno Bruto (PIB). A estagnação também responde, ainda que parcialmente, pela frustração na arrecadação federal. O resultado apresentado pela Receita Federal para o acumulado do ano, até setembro, apresenta crescimento real de 0,67% – contra estimativa de 3,5% no início do ano. Mais um sinal da complexidade do quadro tributário advém da constatação de que sem os recursos do Refis o montante teria apresentado queda real de 0,33%, deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE. O programa de recuperação fiscal respondeu por R\$ 8,77 bilhões dos R\$ 858,56 bilhões arrecadados.

Não obstante, a retenção de recursos do FGTS com o objetivo de abrandar a penúria de caixa do governo central, para além de prática prepóstera, põe em risco a higidez do fundo e ameaça investimentos que a administração federal espera ver concretizados.

AGROINDÚSTRIA

COMÉRCIO

Muffato aloca R\$ 25 milhões em nova loja

O Grupo Muffato investiu R\$ 25 milhões na construção de sua oitava loja no município de Londrina (Região Norte Central Paranaense). Outros R\$ 40 milhões foram alocados na modernização de seis outras unidades da empresa.

CHIBA, Mie Francine. Grupo Muffato inaugura hipermercado na Região Sul. *Folha de Londrina*, 03 out. 2014. *Economia & Negócios*, p.3.

Novo shopping em Toledo

As construtoras DAD e Engemarko e a administradora de consórcios e imóveis Rivel se associaram para a implantação de novo shopping center em Toledo, na Região Oeste Paranaense.

Serão alocados R\$ 200 milhões no empreendimento, que compreenderá aproximadamente 160 lojas. Estima-se que as obras serão concluídas até o fim de 2017.

FRIAS, Maria Cristina. Com aporte de R\$ 200 mi, empresas terão shopping no PR. *Folha de S. Paulo*, 13 out. 2014. *Mercado*, p.B2.

INDÚSTRIA

Belarina construirá novo moinho

A Belarina Alimentos construirá novo moinho em Curitiba, como parte de um plano de investimentos que demandará R\$ 200 milhões nos próximos três anos. A expectativa é de que essa unidade entre em funcionamento em meados de 2015. O montante contempla, ainda, a modernização das estruturas existentes em Curitiba e Cuiabá (MT), e a construção de moinho em Iperó (SP).

A companhia produz 150 farinhas, massas e misturas para bolos. No ano passado, a Belarina adquiriu o controle do moinho Guth, que opera no Paraná desde 1935.

MEYGE, Adriana. Belarina investe R\$ 200 milhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 set. 2014. *Empresas*, p.B8.

SUSS, Liana. Belarina constrói novo moinho de trigo em Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 out. 2014. p.22.

Cimento Tupi investirá em Adrianópolis

O município de Adrianópolis receberá indústria capaz de processar 1,5 milhão de toneladas de cimento por ano. A Cimento Tupi planeja investir R\$ 915 milhões no projeto e espera que a produção seja iniciada em três anos.

Para além da unidade de Volta Redonda (RJ), cidade onde está sediada, a companhia possui plantas em Carandaí (MG) e Mogi das Cruzes (SP). Atualmente, fabrica cerca de dois milhões de toneladas de cimento anualmente.

CIMENTEIRA vai investir R\$ 915 milhões para construir fábrica no PR. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 set. 2014. p.24.

FRIAS, Maria Cristina. Cimenteira investirá R\$ 915 milhões no PR. *Folha de S. Paulo*, 15 set. 2014. *Mercado*, p.B2.

* Elaborado com informações disponíveis entre 1º/09/2014 e 31/10/2014.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

S&C Electric Company inaugura fábrica em São José dos Pinhais

Fabricante de equipamentos e *software* para armazenamento, transmissão e distribuição de energia elétrica, a S&C Electric Company investiu cerca de R\$ 10 milhões na construção de novas instalações no município de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). Fundada em 1911, a empresa estadunidense opera no Brasil desde 1998.

A companhia planeja nacionalizar a produção de seu equipamento mais vendido, uma chave de distribuição subterrânea de média tensão, atualmente importado da matriz, em Chicago. Espera-se que esse processo se inicie em novembro. Há a expectativa de que, em breve, equipamentos para a geração de energia eólica e solar também sejam fabricados na nova unidade.

SUSS, Liana. Norte-americana S&C investe R\$ 10 mi em fábrica na RMC. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 set. 2014. p.21.

Paraná Gás planeja investir R\$ 80 milhões em quatro anos

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) associou-se à Bayar Empreendimentos e Participações, Petra Energia e Tucumann Engenharia e Empreendimentos em sociedade de propósito específico, para a exploração de gás natural na Bacia do Paraná. A sociedade, batizada como Paraná Gás, está no estágio de análise das condições do solo e de requerimento de licenças ambientais. Prevê-se que as perfurações sejam iniciadas no primeiro semestre de 2015 e que a produção comece em dois anos.

Os quatro blocos de exploração foram arrematados pelo grupo no leilão realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado no final de 2013. A área compreende 11 mil metros quadrados. Preliminarmente, estima-se que a Paraná Gás invista R\$ 80 milhões nos próximos quatro anos. Caso o projeto seja bem sucedido, há a expectativa de que uma usina termelétrica seja construída na região.

BERTOLDI, Andréa. Copel e mais três companhias criam a Paraná Gás. *Folha de Londrina*, 19 set. 2014. Economia & Negócios, p.3.

JUNGES, Cíntia. Copel e sócias criam empresa para explorar gás. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 set. 2014. p.22.

MAGNABOSCO, André. Paraná Gás quer iniciar produção em até dois anos. *O Estado de S. Paulo*, 19 set. 2014. Economia, p.B14.

Renault e Volkswagen em férias coletivas

As duas montadoras de automóveis instaladas no Paraná concederam férias coletivas aos funcionários em outubro, com a intenção de ajustar seus estoques à retração de demanda no Brasil e na Argentina.

Aproximadamente mil funcionários da Volkswagen foram incluídos no programa, com extensão estimada em 20 dias. Ao longo do mês, 550 operários da planta de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) retornaram do período de *layoff* - inatividade não superior a cinco meses, subsidiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No caso da Renault, instalada no mesmo município, 3 mil funcionários das linhas de montagem de automóveis e motores entraram em férias coletivas por onze dias – esse grupo representa mais de 46% da força de trabalho da unidade.

Entre janeiro e setembro do ano corrente, as vendas de automóveis e comerciais leves no País foram 8,8% inferiores às registradas no mesmo período do ano passado. A contração do mercado também tem levado outras montadoras a entrar em férias coletivas ou *layoff*. As plantas da Mitsubishi (Catalão-GO), Ford (São Bernardo do Campo-SP), Nissan (Resende-RJ) executaram planos do gênero. Para além disso, a General Motors introduziu novo programa de demissões voluntárias em suas unidades de São Caetano do Sul e São José dos Campos, municípios de São Paulo.

JASPER, Fernando. Renault e Volks dão férias coletivas a 4 mil pessoas. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 out. 2014. p.21.

MONTADORAS darão férias coletivas no Paraná. *Folha de S. Paulo*, 26 set. 2014. Mercado, p.B4.

SILVA, Cleide. GM abre programa de demissões e VW, Ford e Renault dão férias coletivas. *O Estado de S. Paulo*, 02 out. 2014. Economia, p.B1.

Positivo Informática investe em Smartphones

A Positivo Informática investiu aproximadamente R\$ 4 milhões na produção de três modelos de *smartphones*, telefones celulares com capacidade computacional elevada. Assim, a fábrica da empresa em Curitiba alcançou a produção mensal de 80 mil unidades do produto.

CHUEIRE JR., Rubens. Positivo agora aposta no mercado de smartphones. *Folha de Londrina*, 03 out. 2014. Economia & Negócios, p.3.

Heineken aloca R\$ 241 milhões em ampliação

Indústria cervejeira de capital holandês, a Heineken investirá R\$ 241 milhões na ampliação de sua planta no município de Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense). Atualmente, esta unidade produz 30 milhões de litros de cerveja por mês. O projeto recebeu chancela do programa Paraná Competitivo, do governo do Paraná.

A companhia está instalada no país desde 2010, quando assumiu o controle da Cervejaria Kaiser.

SILVA, Maria Gizele. Heineken ampliará fábrica em Ponta Grossa. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 out. 2014. p.21.

Siena Alimentos moderniza linha de produção

Sediada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, a Siena Alimentos investiu R\$ 3 milhões na importação de equipamentos italianos para a fabricação de panetones. A empresa planeja que a produção de 2014 seja 30% maior do que a do ano passado, e alcance 8,5 milhões de unidades.

Fundada em 1979, a companhia distribui seus produtos em todo o País e os exporta para os Estados Unidos e a República Dominicana.

SUSS, Liana. Fábrica aposta em Natal do panetone. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 08 out. 2014. p.23.

Klabin adquire sete locomotivas para transporte de celulose

A Klabin adquiriu sete locomotivas para o transporte de celulose que será produzida no complexo em construção no município de Ortigueira (Região Centro-Oriental Paranaense). As máquinas foram adquiridas da General Electric Transportation e trafegam em ferrovias de bitola métrica. Serão comprados, também, 306 vagões fabricados pela Randon. Estima-se que o investimento em locomotivas e vagões alcance R\$ 160 milhões.

Os equipamentos circularão na rede da concessionária América Latina Logística (ALL), com a qual a Klabin firmou contrato até 2027. O acordo prevê a movimentação de aproximadamente 900 mil toneladas de celulose por ano, até o porto de Paranaguá. O novo maquinário dispensará o transbordo da carga em Curitiba.

A indústria construirá um ramal ferroviário, com cerca de 25 quilômetros, exclusivamente dedicado ao transporte de celulose, que ligará seu novo complexo à ferrovia. Avalia-se que a nova estrutura da Klabin em Ortigueira, batizada como Projeto Puma, terá capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose anualmente, a partir de 2016.

GÓES, Francisco. GE vende sete novas locomotivas à Klabin. *Valor Econômico*, São Paulo, 09 out. 2014. Empresas, p.B2.

Inaugurada segunda fábrica da Los Paleteros no Paraná

Foi inaugurada no município de Barracão (Região Sudoeste Paranaense) a segunda indústria da Los Paleteros no Estado. A unidade, de 3,2 mil metros quadrados, demandou investimento de R\$ 14 milhões. Novos equipamentos serão instalados nessa planta até o final de 2014, o que elevará a capacidade mensal de produção para 2,4 milhões de paletas mexicanas (grandes picolés com recheio cremoso). A fábrica da empresa em Curitiba continuará em operação, com produção estimada em 200 mil unidades por mês.

LOS Paleteros inaugura amanhã nova fábrica no Sudoeste do estado. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 out. 2014. p.22.

SERVIÇOS

Inaugurada linha de transmissão de R\$ 80 milhões

A linha de transmissão de energia elétrica Cascavel Oeste-Umuarama, com 144 quilômetros de extensão, passou a operar no início de setembro. Construída em sociedade entre a Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a Eletrosul Centrais Elétricas, a linha demandou investimento de R\$ 80 milhões e atravessa dez municípios do Estado.

MAGNABOSCO, André. Linha de transmissão no oeste do PR entra em operação. **Folha de Londrina**, 02 set. 2014. Economia, p.3.

NOVA linha de energia entra em operação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 set. 2014. p.18.

Londrina planeja expansão do aeroporto e implantação de polos industriais

Os projetos de expansão do aeroporto de Londrina e de implantação de polos industriais naquele município receberam empréstimo de R\$ 50 milhões do governo do Estado. Estima-se que o primeiro desses empreendimentos, na área noroeste da cidade, demande aproximadamente R\$ 20 milhões, alocados em desapropriações e obras. O plano prevê a divisão do polo em 272 lotes, cada um deles com ao menos 2 mil metros quadrados.

Adicionalmente, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) aprovou financiamento de R\$ 30 milhões à prefeitura de Londrina para a expansão do aeroporto local. Os recursos serão utilizados na reparação à desapropriação de áreas contíguas ao aeroporto.

Espera-se, ainda, que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) aloque R\$ 80 milhões em melhorias nas instalações. Assim, a prefeitura do município tem a expectativa de implantar, até 2016, equipamentos que permitam a aproximação de aeronaves por aparelhos, estrutura conhecida como *Instrument Landing System* (ILS).

GALOTTO, Fábio. Ampliação do aeroporto recebe mais R\$ 30 milhões. **Folha de Londrina**, 24 set. 2014. Economia & Negócios, p.1.

GALOTTO, Fábio. Londrina terá polo industrial até 2016, diz Kireef. **Folha de Londrina**, 24 set. 2014. Economia & Negócios, p.1.

Copel modernizará Usina de Figueira

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) alocará R\$ 104,4 milhões na expansão da capacidade de sua usina termelétrica localizada em Figueira (Norte Pioneiro Paranaense). A usina está em operação desde 1963 e possui capacidade média de geração de 10,3 megawatts (MW).

Prevê-se que as obras estejam concluídas em 2016. Serão substituídas as duas caldeiras do complexo e planeja-se que sua capacidade alcance uma média de 17,4 MW.

BORTOLIN, Nelson. Copel investirá R\$ 104,4 mi na termelétrica de Figueira. **Folha de Londrina**, 03 out. 2014. Economia & Negócios, p.3.

Antaq autoriza renovação de contrato do TCP

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a renovação da concessão do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). O contrato vigente expirará em 2023 e a renovação será efetivada por mais 25 anos. O processo ainda depende de chancela da Secretaria dos Portos da Presidência da República.

O plano de investimentos do TCP, em contrapartida, prevê aporte de R\$ 543 milhões entre 2016 e 2018. Projeta-se a expansão da capacidade anual de movimentação de 1,5 milhão para 2,5 milhões de contêineres de 20 pés (*twenty-foot equivalent units*, ou TEUs). Há o objetivo, ainda, de ampliar o cais em 220 metros. A nova extensão, de 1.099 metros, permitiria a atracação simultânea de três embarcações de grande porte.

Estruturas de atracação de navios que transportam veículos, como automóveis e caminhões, serão modernizadas. Estuda-se também a ampliação do pátio que atende o embarque e desembarque desses produtos. Após 2018, o contrato prevê investimentos de R\$ 550 milhões ao longo de 35 anos.

BRODBECK, Pedro. TCP vai investir R\$ 1,1 bilhão até 2049 para renovar concessão. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 out. 2014. p.19.

PIRES, Fernanda. TCP vai investir R\$ 1,1 bi em expansão. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 out. 2014. Empresas, p.B3.

Cooperativa Batavo investirá em energia eólica

A Cooperativa Batavo implantará parque eólico em Carambeí, município da Região Centro-Oriental Paranaense. Ainda em fase de elaboração, o projeto do empreendimento prevê a instalação de 30 aerogeradores, com capacidade de geração avaliada em 60 megawatts. Estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental já foram realizados, e estima-se que o complexo demandará investimentos de R\$ 240 milhões.

A Cooperativa Batavo reúne 742 produtores e seu faturamento anual alcançou R\$ 1,4 bilhão em 2013.

SILVA, Maria Gizele. Batavo anuncia investimento em usina eólica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 out. 2014. p.19.

Investimento de R\$ 30 milhões em novo terminal

Novo terminal de cargas será construído a 12 quilômetros do porto de Paranaguá, com investimento estimado em R\$ 30 milhões. O complexo abrigará caminhões, em área de 210 mil metros quadrados, e entrará em funcionamento a partir do ano que vem.

Três empresas se associaram para a implantação do terminal – Enne Engenharia, Grupo RF e Paraíso Participações.

FRIAS, Maria Cristina. Empresas terão terminal de cargas em Paranaguá. *Folha de S. Paulo*, 20 out. 2014. Mercado, p.B2.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUINOS - PARANÁ - 1997-2014

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013 ⁽¹⁾	3 379 689	333 180	606 446
Janeiro	279 032	27 045	50 703
Fevereiro	248 026	24 175	45 037
Março	257 112	25 704	49 650
Abril	295 361	29 803	53 895
Maio	296 388	29 332	53 555
Junho	293 107	26 527	51 785
Julho	304 933	28 273	54 779
Agosto	291 771	26 473	54 103
Setembro	271 027	28 513	50 242
Outubro	306 614	30 426	50 712
Novembro	275 014	26 519	47 567
Dezembro	274 831	30 389	44 420
2014 ⁽¹⁾	1 775 773	160 442	296 497
Janeiro	311 431	24 520	47 517
Fevereiro	288 778	24 476	44 665
Março	291 177	24 769	47 842
Abril	294 354	27 509	51 180
Maio	310 240	30 235	54 338
Junho	279 793	28 933	50 956

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2014

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013 ⁽¹⁾	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maio	967 240	53,01	204 514	11,21	630 032	34,53	22 708	1,24	1 824 494
Junho	919 317	53,86	186 114	10,90	583 280	34,18	18 019	1,06	1 706 730
Julho	954 664	54,71	180 971	10,37	589 168	33,77	19 995	1,15	1 744 797
Agosto	1 042 068	53,91	179 067	9,26	684 339	35,40	27 584	1,43	1 933 059
Setembro	849 873	50,90	219 455	13,14	582 723	34,90	17 664	1,06	1 669 715
Outubro	828 976	48,59	261 960	15,35	589 219	34,54	25 921	1,52	1 706 076
Novembro	615 794	43,81	171 108	12,17	596 903	42,46	21 907	1,56	1 405 712
Dezembro	386 646	31,49	216 951	17,67	609 138	49,61	15 092	1,23	1 227 827
2014 ⁽¹⁾	7 003 039	54,35	1 428 571	11,09	4 247 730	32,97	204 697	1,59	12 884 037
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 159	46,34	14 480	1,60	904 545
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 831	39,13	21 851	1,66	1 313 190
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 888	26,32	25 883	1,55	1 671 433
Maio	904 377	57,94	169 846	10,88	464 110	29,73	22 629	1,45	1 560 962
Junho	796 409	54,63	175 907	12,07	462 493	31,73	22 925	1,57	1 457 734
Julho	865 851	52,28	217 854	13,15	545 356	32,93	27 001	1,63	1 656 062
Agosto	772 531	51,30	229 046	15,21	474 976	31,54	29 245	1,94	1 505 798
Setembro	650 777	48,99	195 638	14,73	463 700	34,91	18 152	1,37	1 328 267

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2014

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013 ⁽¹⁾	18 239 202	19 343 839	- 1 104 637	242 178 649	239 623 604	2 555 045
Janeiro	968 298	1 460 460	- 492 162	15 966 728	20 006 835	- 4 040 107
Fevereiro	1 084 617	1 270 457	- 185 840	15 549 465	16 828 348	- 1 278 883
Março	1 386 712	1 695 155	- 308 443	19 320 426	19 157 901	162 524
Abril	1 581 166	1 723 393	- 142 228	20 631 040	21 619 866	- 988 825
Maio	1 824 494	1 624 640	199 855	21 822 420	21 060 756	761 664
Junho	1 706 730	1 615 656	91 072	21 134 041	18 826 007	2 308 034
Julho	1 744 797	1 574 773	170 024	20 806 765	22 705 903	- 1 899 138
Agosto	1 933 059	2 078 770	- 145 711	21 424 021	20 201 008	1 223 013
Setembro	1 669 715	1 516 117	153 597	20 995 536	18 855 376	2 140 160
Outubro	1 706 076	1 773 194	- 67 118	22 821 003	23 046 371	- 225 368
Novembro	1 405 712	1 448 617	- 42 905	20 861 367	19 122 374	1 738 994
Dezembro	1 227 827	1 562 604	- 334 777	20 845 837	18 192 860	2 652 978
2014 ⁽¹⁾	12 884 037	13 262 735	- 378 698	173 634 868	174 330 376	- 605 508
Janeiro	904 545	1 217 080	- 312 535	16 026 191	20 084 825	- 4 058 635
Fevereiro	1 313 190	1 304 130	9 059	15 933 832	18 062 844	- 2 129 012
Março	1 486 046	1 419 549	66 497	17 627 934	17 514 925	113 010
Abril	1 671 433	1 425 220	246 213	19 723 926	19 218 479	505 447
Maio	1 560 962	1 645 846	- 84 884	20 752 084	20 037 409	714 674
Junho	1 457 734	1 306 954	150 780	20 466 916	18 104 781	2 362 135
Julho	1 656 062	1 914 179	- 258 117	23 024 072	21 450 482	1 573 590
Agosto	1 505 798	1 414 571	91 228	20 463 308	19 300 428	1 162 880
Setembro	1 328 267	1 615 206	- 286 939	19 616 605	20 556 202	- 939 597

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2014

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	107,7	102,4	116,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	122,4	106,5	122,4
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	123,0	107,1	123,1
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	91,1	77,3	98,7
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	117,0	84,6	99,3
Móveis	100,00	107,3	103,3	112,6	80,7	93,3
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	123,3	90,1	107,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	121,9	112,4	132,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	144,6	116,5	94,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	84,5	61,3	84,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	121,4	95,3	123,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	116,3	99,6	116,2

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																	
	Abr./13	Mai/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14
Combustíveis e lubrificantes	114,2	119,3	122,9	127,0	130,5	128,6	134,4	124,7	121,8	124,8	120,8	120,5	124,5	120,7	127,7	119,2	133,4	131,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	103,4	108,2	108,7	111,9	117,4	109,6	115,0	123,0	151,1	116,2	129,8	109,3	117,9	117,0	114,1	109,0	114,7	117,8
Hipermercados e supermercados	103,7	108,2	108,9	111,7	117,2	109,4	114,8	123,2	152,3	116,5	130,8	109,4	118,0	117,3	114,2	109,3	114,9	118,0
Tecidos, vestuário e calçados	105,0	115,7	101,5	105,1	101,5	89,8	100,4	105,5	184,6	100,9	94,7	83,1	94,8	104,1	127,3	99,6	100,4	103,1
Móveis e eletrodomésticos	100,9	108,9	102,7	119,1	119,6	108,2	112,0	117,3	153,2	103,1	124,2	97,4	97,8	96,6	108,8	96,2	101,2	102,2
Móveis	94,1	97,0	89,9	108,5	109,8	101,4	105,8	108,7	137,7	91,3	109,1	86,4	87,0	86,9	96,2	83,3	92,3	88,9
Eletrodomésticos	110,2	119,2	113,6	128,5	128,4	114,5	117,9	125,2	166,7	113,2	137,1	106,8	107,1	105,0	119,6	107,1	109,1	113,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	128,3	131,0	126,8	135,3	143,6	136,2	141,9	140,1	156,7	137,2	130,1	124,1	140,9	138,4	142,9	132,9	143,4	145,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	106,8	106,9	102,0	110,4	113,9	98,1	64,3	62,4	138,4	89,5	146,4	105,6	88,3	74,1	78,8	68,3	74,4	79,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	81,6	101,3	87,2	93,4	85,8	84,0	83,7	80,7	96,1	64,5	58,0	62,9	58,0	59,0	59,6	53,3	81,4	83,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	110,8	128,7	123,0	130,4	123,9	119,1	135,1	136,9	230,7	128,7	128,9	113,3	122,8	131,2	142,3	131,8	127,6	131,8
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	106,2	112,9	110,7	116,3	119,2	111,7	117,6	121,3	154,7	115,2	123,5	107,2	114,5	114,5	118,7	109,4	115,7	117,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2014

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)															
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	88,4	85,9	99,1	107,3	108,8
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	80,2	85,4	90,4	104,2	110,0
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,9	91,0	93,9	84,9	90,4
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	103,7	97,9	100,7	121,4	119,9
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	98,4	85,5	102,2	99,3	92,4
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	92,7	82,9	96,5	99,8	108,6
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	103,4	94,7	74,3	90,3	105,7
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	97,3	103,6	105,1	107,4	103,9
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	95,4	99,6	104,8	113,2	116,5
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	87,6	92,7	99,5	110,8	108,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	101,5	96,9	112,6	106,3	107,5
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,6	101,6	114,9	114,9	102,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	71,5	69,9	108,3	121,1	116,9
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	98,3	84,8	98,0	107,4	98,5

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)															
	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14
Indústria de transformação	102,9	111,9	118,1	109,5	115,5	107,4	83,8	96,8	91,4	94,7	95,5	92,8	102,3	87,5	104,5	105,7
Produtos alimentícios	99,9	117,5	124,9	112,2	113,1	104,4	87,0	95,1	78,0	81,3	87,7	93,7	104,1	95,2	107,0	113,4
Bebidas	96,8	84,6	95,2	99,1	115,0	115,2	125,4	97,4	101,4	96,8	113,6	101,9	92,4	78,4	99,0	95,5
Produtos de madeira	118,4	119,1	129,0	121,9	133,2	127,1	114,9	118,6	120,1	116,8	126,4	103,3	112,1	116,4	123,4	130,3
Celulose, papel e produtos de papel	99,7	97,2	96,4	101,5	108,8	104,1	99,8	94,0	94,6	83,7	101,0	94,3	87,6	95,2	97,3	98,3
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	101,9	105,3	114,6	100,9	110,2	96,6	54,0	101,8	91,8	90,0	101,2	97,4	111,2	102,9	108,8	110,9
Outros produtos químicos	98,8	113,7	128,9	117,5	111,0	102,5	83,7	100,1	96,0	97,4	78,2	87,6	108,1	101,0	111,7	121,1
Produtos de borracha e de material plástico	111,9	118,8	116,4	111,4	124,3	121,9	93,2	104,6	107,5	104,2	109,4	109,4	110,2	87,8	102,0	106,1
Minerais não metálicos	103,9	111,8	115,0	112,4	123,5	122,4	107,2	113,4	108,8	113,9	118,9	106,1	119,1	107,6	118,6	114,3
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	104,6	112,9	113,7	111,9	121,9	114,6	90,7	94,5	97,3	93,1	93,0	90,4	94,1	87,9	99,6	100,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	95,0	94,2	114,1	99,7	115,9	112,7	93,0	99,6	95,0	105,0	104,0	103,9	105,4	70,7	102,8	110,2
Máquinas e equipamentos	105,2	114,7	117,1	119,0	129,1	124,3	102,7	99,4	116,0	104,6	96,7	80,9	101,1	78,2	111,1	106,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	107,1	120,6	122,3	111,9	114,6	104,9	76,0	84,9	82,1	103,2	85,9	83,1	91,7	55,5	92,4	85,4
Móveis	95,6	102,0	108,6	105,0	112,2	111,7	95,1	89,3	87,8	94,7	89,0	87,9	93,1	76,4	91,2	94,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2003-2014

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13
Indústria geral	102,55	106,75	108,23	105,71	109,00	110,15	102,67	104,22	110,05	112,50	112,59	110,98	111,55	113,08	113,91	114,16
Indústrias extrativas	91,05	83,14	74,57	75,11	76,62	75,68	71,15	71,65	66,82	65,86	65,01	67,72	67,20	66,87	65,56	65,78
Indústria de transformação	102,69	107,04	108,66	106,10	109,41	110,59	103,07	104,63	110,59	113,08	113,18	111,52	112,11	113,66	114,52	114,77
Alimentos e bebidas	123,98	130,20	145,72	148,61	156,61	161,10	157,23	153,06	173,31	186,05	192,27	179,10	178,75	188,25	191,30	195,47
Fumo	139,33	171,82	176,01	172,70	203,64	146,72	166,18	168,69	178,62	184,74	204,83	251,92	335,49	343,65	332,03	263,54
Têxtil	98,87	97,47	93,04	98,02	90,57	84,57	77,50	82,92	87,54	98,30	110,28	107,13	111,44	108,34	107,92	108,01
Vestuário	119,78	137,40	143,06	130,68	127,12	114,16	96,41	93,07	88,36	73,16	71,78	70,64	72,81	72,83	72,67	71,72
Calçados e couro	84,90	77,49	87,36	100,28	104,42	100,23	91,51	103,13	91,92	84,03	80,16	80,39	78,48	78,82	78,49	80,57
Madeira	77,61	79,47	68,52	56,46	49,90	45,51	36,03	33,89	30,66	29,90	28,59	30,13	29,42	28,68	28,63	28,30
Papel e gráfica	112,32	115,86	116,97	121,49	127,51	125,01	123,28	130,70	134,61	129,72	133,02	128,13	127,82	130,74	132,13	133,52
Refino de petróleo e combustíveis	193,99	200,28	193,10	214,11	231,62	258,75	270,75	226,77	217,69	230,07	229,49	203,03	204,92	226,47	240,36	245,48
Produtos químicos	85,42	84,55	82,94	92,19	107,86	104,63	92,50	100,71	105,46	112,68	114,89	115,31	116,11	114,99	115,87	115,01
Borracha e plástico	92,06	90,47	92,80	91,19	94,73	92,21	81,53	79,92	80,09	78,76	78,39	81,12	80,78	79,48	78,50	76,19
Minerais não metálicos	112,56	116,00	119,90	113,93	129,73	134,66	130,23	127,90	131,35	140,75	139,02	142,42	142,48	142,53	141,22	138,81
Metalurgia básica	83,40	79,69	81,41	72,50	67,97	72,16	70,88	78,93	85,13	88,92	87,30	86,69	87,44	88,35	88,61	90,37
Produtos de metal ⁽¹⁾	97,42	96,86	99,41	101,13	95,98	103,68	103,74	111,63	121,14	121,25	116,72	116,32	120,37	121,49	119,43	116,57
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	125,23	137,61	137,23	125,60	134,11	161,50	150,96	170,84	157,74	154,99	158,65	152,76	154,21	157,98	159,64	159,20
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	96,68	90,47	96,23	94,68	95,01	105,05	103,00	110,89	146,52	183,13	158,07	177,32	176,73	170,26	176,08	177,02
Fabricação de meios de transporte	93,47	101,74	112,47	112,19	142,13	150,56	141,50	149,92	168,57	174,05	175,45	173,50	173,60	175,76	177,40	176,28
Fabricação de outros produtos	71,08	74,52	66,08	63,47	66,18	64,68	57,70	60,03	67,80	67,52	68,19	69,89	70,24	69,44	69,00	69,21

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14
Indústria geral	114,54	113,96	113,21	112,99	112,37	112,33	107,96	108,58	108,22	108,43	109,73	109,67	109,26	108,43	107,49	107,38
Indústrias extrativas	65,13	64,38	62,84	63,65	63,15	63,77	64,01	61,67	63,54	63,57	63,11	61,78	61,14	60,57	60,25	59,41
Indústria de transformação	115,16	114,58	113,84	113,60	112,98	112,93	108,51	109,16	108,78	108,99	110,32	110,27	109,86	109,03	108,08	107,98
Alimentos e bebidas	198,45	198,16	199,02	197,98	197,91	198,02	184,78	194,43	184,39	188,41	196,45	196,80	197,80	196,93	196,92	197,70
Fumo	183,69	123,61	115,21	118,92	122,87	128,06	138,94	266,05	269,73	346,37	344,88	344,14	343,65	245,25	118,67	115,70
Têxtil	109,28	110,90	111,28	114,39	114,22	112,44	107,98	110,03	107,92	109,11	107,95	110,65	109,87	108,93	110,72	115,09
Vestuário	72,45	72,75	72,77	73,17	72,21	71,61	65,74	65,68	65,31	65,76	66,87	67,33	65,79	65,42	64,65	64,29
Calçados e couro	81,03	81,06	82,32	82,73	80,08	79,60	78,30	77,89	79,94	80,65	76,88	76,58	76,97	77,97	77,56	76,54
Madeira	28,50	28,39	28,17	28,12	28,15	28,41	28,15	28,89	28,33	28,93	28,79	28,86	28,75	28,68	28,99	29,82
Papel e gráfica	132,06	133,30	134,19	133,46	136,29	138,64	135,90	135,77	135,66	136,80	136,83	136,63	135,78	136,00	134,70	133,75
Refino de petróleo e combustíveis	241,89	240,50	239,53	236,91	233,77	229,90	211,09	217,29	203,29	201,07	218,18	225,40	224,90	222,08	224,01	219,35
Produtos químicos	114,61	114,63	114,59	114,20	114,33	114,45	114,62	117,39	115,68	118,12	119,05	118,65	118,46	117,83	115,36	115,97
Borracha e plástico	75,32	78,73	78,42	78,73	78,41	78,23	76,78	74,61	76,11	74,74	74,73	75,18	75,59	74,25	73,29	72,98
Minerais não-metálicos	139,68	137,19	137,34	138,68	136,52	136,04	135,31	138,25	135,82	137,58	137,48	137,10	137,91	140,15	140,92	139,05
Metalurgia básica	89,22	88,31	86,28	85,89	85,82	85,31	85,27	81,91	85,36	85,81	84,78	83,78	79,99	79,52	78,37	77,65
Produtos de metal ⁽¹⁾	115,12	113,67	113,51	114,67	116,80	117,33	115,36	109,86	114,36	111,05	110,40	109,87	109,41	109,10	108,00	106,71
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	161,43	161,97	160,25	160,76	160,08	159,65	155,91	158,60	159,29	159,14	160,73	162,05	159,72	157,80	155,85	154,19
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	175,04	161,86	142,65	136,98	135,79	137,08	130,05	111,01	129,70	115,86	113,45	110,64	109,74	106,57	103,16	98,96
Fabricação de meios de transporte	177,17	178,23	178,14	176,61	174,93	173,72	170,09	168,20	171,26	170,27	169,55	166,60	169,10	168,93	166,28	163,63
Fabricação de outros produtos	69,11	68,15	68,71	69,19	65,71	65,39	64,18	62,57	65,14	65,02	64,56	64,13	62,43	60,56	58,78	59,90

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2014

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
Jan.- Set. 2014	12 409	13 220	9 469	44 270	3 845	-	84 120

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 2002-2013

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 344	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011	239 366	5,67	4 143 013	2,73
2012 ⁽³⁾	255 767	1,80	4 392 094	1,03
2013 ⁽³⁾	287 966	4,61	4 844 815	2,49

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.



IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
www.ipardes.gov.br - ipardes@ipardes.gov.br